

Instituto Jurídico da Comunicação em processo de “rejuvenescimento”

Protocolo IJC pretende reactivar parte lectiva e promover um ciclo de debates que discutirão as relações entre os media e o direito

FERREIRA SANTOS



Instituto Jurídico da Comunicação assinou protocolos com a imprensa regional de Coimbra

Patrícia Isabel Silva

Pedro Gonçalves conta com o apoio dos meios de comunicação regional para acompanhar o “rejuvenescimento” do Instituto Jurídico da Comunicação (IJC) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), numa altura em que entram em funções novos corpos sociais.

Numa sessão marcada pela assinatura de protocolos com órgãos de comunicação da imprensa regional de Coimbra, incluindo os meios da Associação Académica de Coimbra e Universidade, Pedro Gonçalves divulgou que o objectivo é avançar com “novos projectos”, que passam pela reactivação da parte lectiva, que ‘fez história’ no seio da instituição com, por exemplo, a pós-graduação em Direito da Comunicação, que “se tornou prestigiada em todo o país”, referiu Pedro Gonçalves.

A ideia é que os meios de comunicação social regionais ajudem a promover o curso de pós-graduação em Direito

Constitucional, Penal e Europeu da Comunicação Social, conforme consta do protocolo assinado, entre outros, com o Diário de Coimbra.

Nesta nova fase do Instituto Jurídico, privilegiam-se também os momentos de discussão e debate, o primeiro dos quais já a 26 de Fevereiro, com a realização do Colóquio Direito e Comunicação Social: Problemas e Desafios, a realizar na Quinta das Lágrimas. No encontro, com a presença entre os oradores de académicos, advogados, políticos e jornalistas, serão debatidas as relações entre os media e o direito, mas também a questão do financiamento dos meios de comunicação social.

Pedro Gonçalves anunciou ainda que, na primeira semana de Abril, o IJC organiza em Lisboa um debate sobre direito, media e política e que, em Maio, decorrerá um congresso sobre imprensa regional.

Na opinião do director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, os protocolos celebrados na Sala do

Conselho Científico da instituição, “pretendem ser instrumentos frutíferos que trarão pérolas” para a imprensa de Coimbra e para a FDUC. Na sessão, Rui Marcos lembrou o papel do Instituto Jurídico na investigação na área da informática, telecomunicações, comunicação social, publicidade e marketing ou na prestação de um serviço em consultadoria e na organização de cursos sobre direitos da comunicação, nas suas diversas vertentes: constitucionalista, penal, civilista e europeia, “sem esquecer o quadro regulador que ganhou senhorio indiscutível neste sector”, acrescentou.

Elogiando a dedicação de António Pinto Monteiro, que presidiu o Instituto Jurídico da Comunicação de 1991 e 2015, destacou a ligação antiga entre os “lentes de direito e o periodismo conimbricense” e deu como exemplo a vinda à UC da primeira delegação da Universidade de Compostela, em 1945, que foi notícia no Diário de Coimbra, durante vários dias. ◀